

REVISTA DO INSTITUTO  
SUPERIOR POLITÉCNICO  
DE BRAGANÇA  
JUNHO - DEZEMBRO DE 1991 - Nº 2

BEN  
QUE  
REN  
CA



A acreditar na tradição, Bragança já existiria como localidade nos primórdios do século XII.

Destruída em consequência das lutas entre cristãos e muçulmanos, Fernão Mendes (cunhado de D. Afonso Henriques) tê-la-ia reedificado, em 1130, no lugar de Benquerença. Acontece, não obstante, que, na acção da Reconquista, deve ser entendida como “tenens da terra de Bragança”, que se não deve confundir com a actual Bragança porque era uma região bastante extensa. Só mais tarde D. Sancho I mandou construir esta povoação na quinta de “Bemquerença”.

Apenas sabemos, ao certo, que a actual localização de Bragança remonta a finais do século XII e que D. Sancho lhe dá foral em 1187.

Mesmo a tão apregoada carta de escambo entre o monarca povoador e o poderoso Mosteiro de Castro de Avelãs não é, como se julgava, de 1187 (ano da concessão do foral), mas sim de 1194 e por ela a Coroa recebe a “herdade de Bemquerença” (pertencente ao Mosteiro) onde se teria erguido a “cidade” de Bragança.

O escambo ter-se-ia consumado porque, como pretendem alguns autores, a “quinta” já fazia falta para “dar mais âmbito à cidade...(?)”. Estamos convencidos, no entanto, que se tratou de um “estratagema” para atrair povoadores, porque o aglomerado, quando muito, não passava de um núcleo populacional bastante incipiente.

Ao certo apenas podemos concluir que Bragança, englobando no seu âmbito Benquerença, é uma das povoações “nascidas e desenvolvidas historicamente” por acção do poder central.

*José Rodrigues Monteiro*



BEN-  
QUE-  
REN-  
ÇA

REVISTA DO  
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Edição:  
Instituto Superior Politécnico de Bragança  
Apartado 38 – 5300 Bragança  
Depósito Legal nº 45271/91  
ISSN: 0871 – 522X

Execução:  
Serviços de Imagem  
da Escola Superior Agrária de Bragança  
(grafismo, Atilano Suarez; paginação, José Lopes;  
montagem, Maria de Jesus 'Jú';  
impressão, António Cruz;  
acabamentos, Isaura Magalhães)

Coordenadores deste número:  
Vitor Fernando Alves  
Eleutério Alves da Silva  
Tiragem: 1000 exemplares  
Periodicidade: Semestral  
Assinatura 3 n<sup>os</sup>: 1500\$00

JUNHO  
DEZEMBRO  
1991

2 | BEN-  
QUE-  
REN-  
ÇA

REVISTA DO  
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO  
DE BRAGANÇA

**DIRECTOR**

Dionísio Afonso Gonçalves

**CORPO REDACTORIAL**

Eleutério Augusto Alves da Silva  
Fernando Peixinho Rodrigues  
João Sérgio Carvalho Sousa  
José António Baía  
José Manuel Rodrigues Alves  
Maria Luísa Carvalho Branco  
Vitor Fernando Alves

**COLABORAM  
NESTE NÚMERO:**

Alcínio Soeiro Miguel  
Carlos Estêvão  
Dina Macias  
Dionísio Afonso Gonçalves  
Francisco J. Terroso Cepeda  
Henrique Ferreira  
João Quina  
José Manuel R. Alves  
Maria Isabel Alves Baptista  
Maria Luísa C. Branco  
Raul Eduardo Abreu

## Informações para os colaboradores

- 1 • A revista do ISPB – BENQUERENÇA – propõe-se divulgar artigos que possibilitem um melhor conhecimento da realidade sócio-económica e cultural da região e do país.
- 2 • Os artigos são da responsabilidade dos respectivos autores e devem ser enviados ao ISPB com indicação expressa de trabalho original ou trabalho apresentado em congresso ou conferência.
- 3 • Os originais devem ser enviados de preferência em disquete ou dactilografados (duas cópias) em folhas de formato A4, de um só lado, a dois espaços e com margem de dois centímetros, aproximadamente. Gravuras, gráficos, esquemas, tabelas e outros desenhos devem, mercê da sua qualidade, possibilitar a sua reprodução e ser acompanhados das respectivas legendas e de indicações que permitam a sua inserção no texto.
- 4 • Os originais devem, igualmente, ser acompanhados de um pequeno resumo em português, inglês e francês de, aproximadamente, 100 palavras.
- 5 • Os originais recebidos não serão devolvidos.
- 6 • As referências bibliográficas devem ser listadas alfabeticamente no fim de cada artigo, de acordo com as normas vigentes.
- 7 • O título do artigo, o nome do autor, bem como indicações sobre as suas actividades e local de trabalho devem constar de uma folha em separado.
- 8 • Os autores receberão gratuitamente um exemplar do número da Revista em que os seus trabalhos forem publicados.
- 9 • BENQUERENÇA aceita e agradece os originais que lhe forem enviados. Caberá, no entanto, à Redacção decidir sobre a oportunidade de inclusão das contribuições não solicitadas.

II

# 2

BEN-  
QUE-  
REN-  
ÇA

## ÍNDICE

|  |     |
|--|-----|
| <b>Desenvolvimento Rural – Anos 90</b><br>Francisco José Terroso Cepeda  | 1   |
| <b>O Uso do Solo e a Construção das Paisagens Rurais</b><br><b>O Caso do Interior de Trás-os-Montes</b><br>Dionísio Afonso Gonçalves   | 9   |
| <b>Mudança e Autonomia do Sistema Educacional</b><br>Carlos Estêvão  | 21  |
| <b>Representações da Escola/Comunidade Educativa</b><br><b>em Professores do Ensino Preparatório e Secundário</b><br>Henrique Ferreira | 41  |
| <b>A Relação Pedagógica como Espaço de Negociação</b><br>José Manuel Rodrigues Alves   | 63  |
| <b>Relações Escola-Família-Comunidade e Educação</b><br><b>Participada no 1º Ciclo do Ensino Básico</b><br>Raul Eduardo Abreu          | 73  |
| <b>Fernando Pessoa, Personagem da Ficção de</b><br><b>Mário de Sá Carneiro</b><br>Maria Luísa Rodrigues de Carvalho Branco             | 83  |
| <b>O Intertexto Camoniano em Manuel Alegre</b><br>Dina Macias  | 91  |
| <b>O Ensino da História no 1º Ciclo do Ensino Básico</b><br>Maria Isabel Alves Baptista  | 107 |

III

**Inteligência Artificial: Um pouco de História**  
Alcínio Soeiro Miguel

**Organização Escolar e Currículo**  
**Dois Factores de Insucesso Escolar**  
João Quina

125

135

JUNHO  
DEZEMBRO  
1991

2

BEN-  
QUE-  
REN-  
ÇA

## Desenvolvimento Rural – Anos 90

Francisco José Terroso Cepeda

**Resumo** • Ao longo dos anos sessenta e setenta o crescimento polarizado constituiu-se em verdadeiro paradigma, assumindo-se como referencial obrigatório das políticas ditas de desenvolvimento regional.

Este modelo de desenvolvimento “a partir de cima” ocasionou problemas graves intra e inter regionais levando, por consequência, à redescoberta do conceito de desenvolvimento “a partir de baixo”.

Tendo como pano de fundo este conceito de desenvolvimento “a partir de baixo” iremos, ao longo deste artigo, explicitar os principais eixos que enformarão um novo modelo de desenvolvimento para as regiões periféricas de forte incidência agrícola.

JUNHO  
DEZEMBRO  
1991

2

BEN-  
QUE-  
REN-  
ÇA

## Representações da escola/comunidade educativa em professores do ensino preparatório

Henrique Ferreira

**Resumo** • O presente trabalho pretendeu averiguar das representações da Escola-Comunidade Educativa em professores do Ensino Preparatório e Secundário, tomando como amostra a população docente da cidade de Bragança, considerando numa perspectiva comparada os docentes dos dois graus de ensino. Testa-se, fundamentalmente, a coerência entre as concepções de Escola e as suas estratégias organizacionais e administrativas.

JUNHO  
DEZEMBRO  
1991

2

BEN-  
QUE-  
REN-  
ÇA

## Representações da escola/comunidade educativa em professores do ensino preparatório

Henrique Ferreira

**Resumo** • O presente trabalho pretendeu averiguar das representações da Escola-Comunidade Educativa em professores do Ensino Preparatório e Secundário, tomando como amostra a população docente da cidade de Bragança, considerando numa perspectiva comparada os docentes dos dois graus de ensino. Testa-se, fundamentalmente, a coerência entre as concepções de Escola e as suas estratégias organizacionais e administrativas.

# Representações da Escola/Comunidade Educativa em Professores do Ensino Preparatório e Secundário

Henrique da Costa Ferreira  
Escola Superior de Educação de Bragança

## 1 • Introdução

O trabalho que aqui se descreve teve como objectivo essencial averiguar da receptividade dos professores do Ensino Preparatório e Secundário ao modelo de Administração da Escola Preparatória e Secundária proposto pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988).

Aquela Comissão adoptou como definição de Escola o conceito de Escola Comunidade Educativa que, segundo Delgado (1985, p. 171) é "o lugar de encontro de professores, pais, alunos e comunidade com vista a realizar um processo educativo que se caracterize pela comunicação, pela participação e pelo respeito pela singularidade de cada pessoa e de cada grupo"

Em termos de princípios de organização pedagógica da Escola, este conceito impõe considerá-la como:

- instituição que estimula a construção da igualdade real de oportunidades de sucesso escolar e educativo;
- lugar de trabalho cooperativo
- comunhão de Projectos Educativos
- comunicação contínua entre professores, famílias, alunos e associações
- abertura ao meio social

Para pôr em prática estas estratégias educativas, exige-se a concretização dos pressupostos organizacionais-administrativos que passamos a enumerar:

a) Assumpção do princípio da autonomia pedagógica da Escola, materializado no reforço da capacidade de Direcção, da distinção entre Direcção e Gestão e da existência de um Projecto Educativo próprio, elaborado por todos os intervenientes na Escola Comunidade Educativa (Formosinho, 1989a, Díez, 1980, Dacal, 1986, Delgado, 1985).

b) Assumpção do princípio de que na Escola Comunidade Educativa participam na Direcção todos os elementos interessados na Educação, nomeadamente os professores, os alunos, os pais, os funcionários, os representantes da comunidade profissional e cultural e um representante da Autarquia (Formosinho, 1989a, 1989; Formosinho, Fernandes e Lima,

1988), ficando a gestão exclusivamente a cargo dos professores.

c) Assumpção do princípio de que uma educação e uma direcção democráticas implicam a construção do Projecto Educativo por todos os intervenientes da ESE que, como tal, devem ser contratantes pedagógicos e votantes do mesmo Projecto.

d) Assumpção do princípio de que a educação é um processo participado por pais, professores, alunos, funcionários e comunidade.

Foi em função destes princípios que desenhamos o Projecto de Investigação que a seguir se descreve.

## 2 • O Problema

O problema em estudo foi estabelecido do seguinte modo:

- "Supondo-se haver uma grande resistência dos professores à participação dos pais e de outros elementos da Comunidade na Direcção da Escola e à perda do paradigma da "Gestão democrática", supondo-se ao mesmo tempo uma grande defesa da autonomia da Escola, pretende-se saber *QUAL A REPRESENTAÇÃO QUE OS PROFESSORES SE FAZEM DO PAPEL ACTUAL DOS CONSELHOS DIRECTIVOS, SE DEFENDEM EFECTIVAMENTE A AUTONOMIA DA ESCOLA E SE CONCORDAM OU NÃO COM A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA COMUNIDADE EDUCATIVA.*

Assim, a resposta a estas três questões constitui a resposta ao problema central da investigação: concordam os professores com a Escola Comunidade Educativa?

## 3 • Operacionalização do Problema

### 3.1 • As Hipóteses Fundamentais e Respectivas Variáveis

O problema levantado em 2. permitiu constituir as hipóteses básicas de trabalho, assim construídas:

h1- Os professores que concordam com os pressupostos organizacionais/administrativos da Escola Comunidade Educativa têm atitudes positivas em relação à administração desta;

h2- Os professores que não concordam com os pressupostos organizacionais/administrativos da Escola Comunidade Educativa têm atitudes negativas em relação à administração desta.

Definem-se como VARIÁVEIS independentes:

- para a h1 - a concordância com os pressupostos organizacionais/administrativos da ECE; e - para a h2 a não-concordância com os pressupostos organizacionais/administrativos

da ECE.

As VARIÁVEIS DEPENDENTES serão para a

- h1.- atitudes positivas

e para a

- h2.- atitudes negativas.

OS PRESSUPOSTOS ORGANIZACIONAIS constituem-se assim em indicadores, comprovativos da variável dependente. O seu número é de 15 e a assumpção de atitudes positivas em relação à organização da Administração da ECE implica a concordância dos professores em relação aos 15 indicadores.

Conjugando o problema com a formulação das hipóteses e com a formulação da investigação aplicada ao inquérito, formulámos para cada uma das três seguintes componentes do problema os indicadores que se lhes seguem:

a) Representações que os professores se fazem do papel actual dos Conselhos Directivos e da distinção entre Direcção e Gestão:

1. Condições dos Conselhos Directivos para administrarem as Escolas (questão 2.1. do inquérito)

2. Papel administrativo actual dos Conselhos Directivos (questão 2.2. do inquérito)

b) Defesa/negação da autonomia da Escola:

3. Quem deve dirigir a Escola: (questão 2.3.)

4. Quem deve gerir a Escola (questão 2.4.)

5. Escola com autonomia pedagógica (questão 3.)

6. Constituição do Contrato Pedagógico (questão 4.)

7. Necessidade do Projecto Educativo de Escola (questão 5.)

c) Concordância em relação aos pressupostos pedagógicos e Administrativos da Escola Comunidade Educativa:

8. Quem deve elaborar o Projecto Educativo (questão 6.)

9. Quem deve votar o Projecto Educativo (questão 7.)

10. Importância concedida à participação dos pais no processo pedagógico (questão 8.)

11. Formas preferidas para a participação dos pais (questão 9.)

12. Importância atribuída à participação dos alunos na Direcção da Escola (questão 10.1.)

13. Relevância atribuída à participação pedagógica dos alunos (questão 10.2., 10.3., e 10.4.)

14. Formas preferidas para a participação pedagógica dos alunos (questão 11.)

15. Opinião sobre a participação da comunidade profissional e cultural na Direcção da Escola (questão 12.)

Podemos afirmar que cada um destes 15 indicadores constitui uma sub-hipótese comprovativa das hipóteses de trabalho, pela análise quantitativa das oposições entre

concordância/não concordância em relação a cada uma das variáveis independentes, expressa em atitudes positivas (concordância) versus negativas (discordância).

Os indicadores 5, 6, 7, 8, 10 e 13 dizem ainda respeito às atitudes dos professores para com a participação dos elementos da comunidade Educativa no processo pedagógico, enquanto que os indicadores 9, 11, 12, 13, 14 e 15 dizem ainda respeito à participação dos elementos da comunidade educativa na Direcção da Escola.

### 3.2 • Hipóteses Secundárias

Os dois grupos de indicadores acabados de referir permitirão responder às seguintes hipóteses secundárias:

h3. Os professores do Ensino Preparatório e Secundário têm atitudes mais positivas em relação à participação pedagógica dos elementos da comunidade Educativa do que em relação à sua participação na Direcção da Escola.

Entende-se por participação pedagógica a intervenção dos pais, dos alunos, dos funcionários e dos representantes da comunidade no diálogo e cooperação com os professores e na elaboração do projecto educativo.

Por outro lado, procura-se saber se há diferenças significativas na concordância dos professores do ensino preparatório e secundário em relação à escola comunidade educativa e, por isso, formulou-se ainda a seguinte hipótese secundária:

h4. Os professores do ensino preparatório têm atitudes mais positivas em relação à Escola Comunidade Educativa do que os professores do Ensino Secundário.

### 3.3 • A Elaboração do Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa foi construído para testar cada uma das variáveis independentes referidas em 3.1., após pré-testagem em sete professores do inquérito que permitiu concluir sobre a necessidade de não induzir os professores nas respostas e de objectivar e simplificar as questões e respectivos indicadores.

O inquérito final consta de indicadores nominais (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13 e 15) e indicadores ordinais (3, 10, 11 e 14).

A relação entre indicadores e perguntas do inquérito, indicadores referindo atitudes positivas e indicadores referindo atitudes negativas é vista no Anexo 1, Quadro 1. Assim, com o inquérito, construíram-se indicadores positivos e negativos para testar as representações dos professores em relação a cada um dos aspectos relevantes da organização administrativa da ECE, a saber:

a) A inexistência de condições (actualmente) por parte dos C.D.s para administrarem as Escolas, devido à configuração das suas funções no âmbito de uma administração centralizada (I1).

- b) A definição das funções administrativas actuais dos C.D's como funções de gestão já que, no âmbito da administração centralizada não competem as funções de direcção às Escolas (I2).
- c) A assumpção do princípio de que a ECE exige maior autonomia administrativa para as Escolas através de um Conselho de Direcção com alguns poderes de Direcção (I3).
- d) A configuração das funções de gestão como funções técnicas e, por isso, a cargo ds professores (I4).
- e) A afirmação da Escola como espaço de autonomia pedagógica e de realização do contrato pedagógico (I5).
- f) A afirmação de que o contrato pedagógico deve ser estabelecido, pelo menos, entre professores, alunos, pais e funcionários (I6).
- g) A afirmação de que a organização pedagógica da Escola exige que esta seja capaz de construir o seu Projecto Educativo (I7).
- h) A afirmação de que o Projecto Educativo deve ser elaborado em concertação por todos os intervenientes na ECE ou, no mínimo por professores, pais, alunos e funcionários (I8).
- i) A afirmação de que, em consequência, o Projeco Educativo deve ser votado, no Conselho de Direcção, por todos os elementos da Comunidade ou, pelo menos, pelos professores, alunos, pais e funcionários (I9).
- j) A relevância da participação/cooperação dos pais no processo educativo (I10).
- k) A afirmação de que os pais devem participar no processo pedagógico, pelo menos na relação directa com o Director de Turma e indirecta com os professores e ainda ao nível do Conselho de Direcção (I11).
- l) A relevância da participação dos alunos no Conselho de Direcção (I12).
- m) A relevância da participação pedagógica dos alunos (I13).
- n) A afirmação de que a participação pedagógica dos alunos se deve processar tanto ao nível do Conselho de Direcção como ao nível da relação com o Director de Turma, como ao nível da aula (I14).
- o) A afirmação de que a comunidade cultural e profissional deve participar no Conselho de Direcção(I15).

### 3.4 • Recolha de Dados

Na recolha de dados não seguimos os mesmos métodos para responder às quatro hipóteses em estudo. Expomos de seguida, para cada uma delas, esses métodos:

3.4.1. Para as duas primeiras hipóteses (h1 e h2, p. ), as respostas foram organizadas em frequências, numa tabela de dupla entrada de atitudes positivas e negativas. ( Anexo 1, Quadros 2 e 3)

No entanto, a organização dos dados em frequências obrigou a um processo de

inteligibilidade dos mesmos, conforme a seguir se descreve.

Para os indicadores de resposta alternativa (1, 2, 4, 5 e 7) a recolha é simples porque as respostas são dadas directamente ou aos itens positivos ou aos negativos.

Para os indicadores nominais (pergunta 3, 8, 9, 11), a recolha de dados para estas duas hipóteses obedeceu aos seguintes critérios:

3- pergunta 2.3.: Somaram-se os dois valores mais altos (1 e 2) atribuídos a 2.3.2. e a 2.3.4. (atitudes positivas e dividiram-se por dois e somaram-se os dois valores mais baixos (4 e 5) de 2.3.1., 2.3.3. e 2.3.5. (atitudes negativas) e dividiram-se por três.

10- pergunta 8: Somaram-se os três níveis mais altos e dividiu-se o resultado por sete (atitudes positivas) e somaram-se os três níveis mais baixos e dividiu-se o resultado por sete (atitudes negativas).

11- pergunta 9: Somaram-se os dois níveis mais altos (1 e 2) de 9.1. e 9.4. (atitudes positivas) e dividiu-se o resultado por dois e somaram-se os dois níveis mais baixos de 9.2., 9.3. e 9.5. (níveis 4 e 5) e dividiu-se o resultado por três).

12- pergunta 11: Considerou-se atitudes positivas a soma dos dois níveis mais elevados (4 e 5), em todos os itens, dividida por cinco e acrescida de 50% da soma do nível 3, em todos os itens e considerou-se atitudes negativas a soma dos dois níveis mais baixos (1 e 2) de todos os itens, dividida por cinco e acrescida de 50% da soma de nível 3, em todos os itens.

Para os indicadores de resposta cumulativa (6, pergunta 4; 8, pergunta 6; 9, pergunta 7 e 12, pergunta 10 (ítems 10.2., 10.3., 10.4.)), procedeu-se do seguinte modo:

6- pergunta 4: Considerou-se como atitude negativa a opção por 4.1. e como positiva a opção por 4.2., 4.3., 4.4. e 4.5., somadas e dividida a soma por 4.

8- pergunta 6: Considerou-se como negativa a opção por apenas 6.1. e/ou 6.2., dividindo a soma destes dois níveis por dois e considerou-se positiva a opção por 6.3. a 6.7., cuja soma se dividiu por 4.

9- pergunta 7: Considerou-se como negativa a opção por 7.1. e como positiva a soma das opções por 7.2., 7.3., 7.4. dividida por três, considerando-se a resposta a 2.5. como aleatória já que o número de respostas a este item era diminuto.

12- pergunta 10.2., 10.3. e 10.4.: Considerou-se como positiva a soma de (10.2.+10.3.+10.4) e negativa a diferença entre

3

N - (10.2.+10.3.+10.4)

3

**3.4.2 • Hipótese 3 (p. )** O estudo desta hipótese segue a mesma metodologia das hipóteses anteriores e resulta da comparação entre os resultados dos indicadores atinentes à constituição da Direcção da Escola e dos indicadores atinentes à participação pedagógica

dos diversos elementos intervenientes na Escola Cominidade Educativa, com relevância para os professores, os pais, os alunos e os funcionários. (Ver a distribuição destas hipóteses na página 5).

**3.4.3 • Hipótese 4 (p.)** A recolha das respostas atinentes a esta hipótese seguiu processos diferentes das hipóteses anteriores, em virtude de se querer comparar as respostas de duas variáveis moderadoras (Professores do Ensino Preparatório e Professores do Ensino Secundário).

Nos indicadores nominais (alternativas) e de resposta cumulativa, seguiram-se os mesmos processos das variáveis anteriores mas nos indicadores ordinais seguiu-se metodologia diferente.

Para recolha de dados nos indicadores ordinais (3, pergunta 2.3.; 10, 8; 11, 9 e 14, 11), a recolha de dados consistiu na utilização da média obtida pela soma dos níveis de 1 a 5, dividida pelo nº de sujeitos que responderam a cada um dos indicadores de atitudes positivas e negativas. A média das atitudes positivas e negativas obteve-se pela soma das médias de cada indicador de atitudes positivas e negativas dividida pelo número de indicadores. Tal média expressa-se na fórmula 
$$X = \frac{X_1 + X_2 + \dots + X_n}{N}$$

Procedeu-se deste modo porque pareceu mais correcto, na análise das diferenças entre os dois grupos utilizar o teste Rhô de Spearman do que o do  $X^2$ . A comparação dos resultados dos dois grupos pode ser vista no quadro 3, anexo 1.

#### 4 • Metodologia da análise de dados

A análise dos resultados é feita em três vertentes:

- Análise da coerência entre as diferentes frequências de sentido positivo e de sentido negativo e seu contributo para a representação, pelos professores, da Escola Cominidade Educativa;
- Submissão dos resultados globais (Hipóteses 1 e 2) ao teste do  $X^2$ , para verificar se são rejeitadas as hipóteses nulas e sendo-o em que probabilidade.
- Comparação das respostas nos dois grupos de professores (preparatório e secundário), pela utilização do teste do  $X^2$  para a análise da significação das diferenças nas respostas nominais (alternativas e cumulativas).

Nas variáveis ordinais recorre-se, como já se disse, ao teste Rhô, depois de as ter transformado em variáveis intervalares.

Recorre-se ainda ao teste T de Student para fazer uma outra comparação entre os dois grupos. Tal comparação é feita a partir da análise dos inquéritos, em função da pontuação

por cada um deles obtida por comparação com uma pontuação Standard.

#### 5 • Análise dos resultados

Quando elaborámos o inquérito tínhamo-nos proposto o objectivo de que ele fosse representativo no conjunto dos professores do Ensino Preparatório e Secundário da cidade de Bragança. Tal representatividade implicaria, segundo Kreicle and Morgan (1970) que obtivéssemos, pelo menos, 170 respostas em 300 professores. Tendo recebido apenas 80 respostas em 250 inquéritos entregues, procedemos à estratificação da amostra para que ela pudesse ser equilibrada e representativa. O inquérito foi elaborado com a intenção de analisar os resultados em função de duas variáveis moderadoras ou etiqueta, a saber:

- Professores do Ensino Praparatório e Secundário no seu todo;
- Atitudes dos professores do Ensino Secundário versus Preparatório;

##### 5.1 • Caracterização da Amostra

A amostra é constituída por 80 professores, sendo:

- 51 do Ensino Secundário
- 29 do Ensino Preparatório

##### 5.2 • Análise dos Resultados das Hipóteses 1 e 2

As hipóteses 1 e 2 são estudadas pela consideração dos resultados globais cujas frequências podem ser vistas nos quadros 2, e 3, anexo 1.

Considerando as três vertentes do problema, concluímos pela análise dos indicadores 1 e 2 que os professores não sabem se os C.D's têm ou não condições para administrar as Escolas.

Porém, os professores identificam o papel actual dos Conselhos Directivos como o de gerir as Escolas o que pressupõe, pelo menos, consciência crítica da Administração Centralizada.

Estas mesmas conclusões verificam-se na comparação entre professores do Ensino Preparatório e do Ensino Secundário, pois submetidos os resultados aos testes do  $X^2$  verifica-se não haver diferenças significativas entre os dois grupos, o que evidencia que as respostas são mais dependentes da cultura organizacional das Escolas do que da pertença aos níveis de Ensino Preparatório ou Secundário. E, de facto, a interpenetração das duas culturas é evidente, até em consequência da mobilidade dos professores provisórios inter-escolas.

No que respeita à 2ª vertente do problema (defesa ou negação da autonomia da

Escola), verificamos que só o indicador 3 (quem deve dirigir a Escola) não tem um  $\chi^2$  altamente significativo com uma probabilidade de anular a hipótese nula de .0001. Ao contrário, no indicador 3, a possibilidade de resposta ao acaso é de .70. (Ver quadro Anexo 1). Assim, pode afirmar-se que os professores querem uma Escola com autonomia pedagógica, não podendo afirmar-se, porém, que os professores queiram uma Escola com autonomia pedagógica e administrativa, o que é congruente com as respostas ao indicador 2 que permitem a afirmação de que os C.D.s só fazem gestão da Escola. Ainda assim, tal constatação não permitiu aos professores "darem o salto" para a autonomia administrativa da Escola, pelo menos, de forma significativa.

É muito importante, do ponto de vista pedagógico, que os professores defendam a constituição do contrato pedagógico (I 6) e que esse contrato tenha expressão no Projecto Educativo (I 7). E continua a ser relevante que os professores aceitem que o Projecto Educativo seja elaborado por professores, alunos, pais e funcionários.

Quanto à intervenção da comunidade profissional e cultural na elaboração do PE, os professores rejeitam-na se confrontarmos as respostas ao indicador 6.7. com ausência de respostas à questão 12. Porém, a resposta ao item 6.7. é a mais significativa de todos os indicadores da pergunta 6 (indicador 8 - quem deve elaborar o Projecto Educativo da Escola), atingindo os 60.86% no Ensino Preparatório e os 40.47% no Ensino Secundário. Isto significa que os Professores do Ciclo Preparatório têm uma muito maior representação positiva da participação da comunidade no Projecto Educativo do que os Professores do Ensino Secundário. E igualmente, na resposta à questão 12, os professores do C.P. respondem afirmativamente à questão em 100% devendo considerar-se este número problemático pois só respondem 10 professores em 29, enquanto que no Ensino Secundário só respondendo 25 professores em 51, 15 respondem positivamente e 10 negativamente.

A concordância com a ECE implicaria a aceitação da paridade entre professores e pais, professores e alunos, pelo menos (conceito de comunidade educativa nuclear). Implicaria igualmente a aceitação do princípio da igualdade democrática nas decisões o que as respostas aos indicadores 9 e 13 negam em absoluto já que os professores não aceitam que os pais, os funcionários e a comunidade profissional e cultural votem o Projecto Educativo (I 9), nem aceitam que os alunos participem na Direcção da Escola. Mesmo a votação do Projecto Educativo pelos alunos só é aceite por 37% dos professores, o que entra em contradição com as respostas positivas ao Contrato Pedagógico, defendido por 98% dos professores. E no que respeita à participação dos alunos na Direcção de Escola, constata-se que apenas 20% dos professores do Ensino Secundário (no ensino preparatório não pode haver participação dos alunos na Direcção da Escola devido à sua menoridade) apoiam a participação dos alunos na Direcção da Escola o que é congruente com a resposta ao indicador 3 (visão centralizada da Escola), mas entra em contradição com a resposta ao indicador 6 (contrato pedagógico).

Tudo isto significa que os professores aceitam, no campo teórico, a participação dos corpos referidos na vida pedagógica da Escola, mas não a aceitam na Direcção da Escola, em situação de paridade de direitos de intervenção nas decisões do Projecto Educativo.

A cisão entre participação pedagógica e participação na Direcção da Escola é

evidente. A comparação entre as diferentes respostas dos professores, no inquérito, permitiram pôr em evidência o seu desejo de que só eles decidam, com direito a voto (100% de respostas), o Projecto Educativo (I 9, pergunta 7) e de que os alunos não participem na Direcção da Escola (80% das respostas do Ensino Secundário).

Porém, realce-se como ponto de mudança das atitudes pedagógicas dos professores, a sua aceitação de que a participação pedagógica dos alunos e dos pais é necessária. Esta conclusão parece querer evidenciar a quebra de fronteiras entre a Escola e a Comunidade. Isto é documentado pelas respostas aos indicadores 10, 11, 13 e 14.

A conclusão que se extrai é a de que os professores aceitam uma participação consultiva mas não vinculante por parte dos pais, dos alunos e dos funcionários. A participação vinculante (B. Machado, 1982) significaria que os professores estariam em plano de igualdade com os alunos e os pais nas decisões educativas já que estes dois últimos corpos poderiam votar nos actos decisórios do Conselho de Direcção. Não querer esta participação é, obviamente, discordar da Escola Comunidade Educativa e é não aceitar nem o princípio da igualdade democrática nem uma participação paritária.

Assim, concluímos pela afirmação de que os professores objecto deste estudo querem continuar a ser os "donos da Escola" controlando a participação dos restantes corpos.

### 5.3 • Análise dos resultados sobre a hipótese 3

A hipótese 3 foi formulada do seguinte modo: "Os professores do Ensino Preparatório e Secundário têm atitudes mais positivas em relação à participação pedagógica dos elementos da Comunidade Educativa do que em relação à sua participação na Direcção da Escola".

A análise da verificação ou infirmação desta hipótese é feita através da comparação dos resultados das hipóteses 1 e 2.

Como vimos também, dos 15 indicadores, 12 podem ser repartidos entre participação pedagógica e participação na Direcção da Escola. A sua repartição foi assim ponderada:

- a) participação na Direcção: I3, I8, I9, I11, I12, I14 e I15;
- b) participação pedagógica: I5, I6, I7, I8, I10, I13 e I14.

Verificamos que os indicadores 8 e 14 são comuns aos dois grupos.

Uma análise atenta do quadro 2, permitirá extrair uma ideia global da organização das respostas de acordo com estes dois grupos de indicadores.

Com efeito, tendo-se verificado a não-concordância dos professores em relação à Escola Comunidade Educativa, constatamos agora, para esta hipótese, que no que respeita à concordância com a participação dos pais e dos alunos na Direcção da Escola nos surgem duas respostas significativamente negativas como sejam as relativas aos indicadores nove, pergunta 7 e 12, pergunta 10.1. Ao contrário, em relação à participação pedagógica, todas as respostas se apresentam significativamente positivas.

Esta mesma conclusão nos permitiu extrair o Teste do  $X^2$  para os dois grupos de indicadores no seu conjunto. Para obtermos o  $X^2$  somámos as atitudes negativas e positivas de cada grupo de indicadores e obtivemos os seguintes resultados:

| Participação na Direcção |      | Participação Pedagógica |      |
|--------------------------|------|-------------------------|------|
| A.P.                     | A.N. | A.P.                    | A.N. |
| 51                       | 28   | 64                      | 14   |
| 60                       | 5    | 57                      | 7    |
| 14                       | 66   | 65                      | 11   |
| 62                       | 8    | 60                      | 5    |
| 10                       | 40   | 56                      | 22   |
| 41                       | 30   | 51                      | 24   |
| 26                       | 10   | 41                      | 30   |
| 264                      | 187  | 394                     | 113  |
| $X^2 = 13,42$            |      | $X^2 = 126,03$          |      |

Concluimos então que os professores são mais receptivos à participação pedagógica do que à participação na Direcção. Porém, do ponto de vista organizacional, esta conclusão significa a prevalência da Administração da Escola em relação aos fins pedagógicos.

Poder-se-á ainda concluir que a forma de controlar a participação dos pais e dos alunos no próprio processo pedagógico é a de controlar a sua capacidade de intervenção na Escola, através da não participação nas decisões do Conselho de Direcção.

Assim, os professores perspectivam o poder corporativo com que têm condicionado a distribuição do poder organizativo no interior da escola.

#### 5.4 • Análise dos resultados da hipótese 4 (Quadro 3)

Como vimos atrás, a Hipótese 4 tem a seguinte formulação:

“Os professores do Ensino Preparatório têm atitudes mais positivas em relação à ECE do que os professores do Ensino Secundário”.

O estudo da hipótese obriga à verificação das diferenças entre as representações dos dois grupos de professores.

Para verificar a existência ou inexistência de diferenças, utilizámos, como já referimos na página 12, duas metodologias:

a) Averiguar as diferenças entre os dois grupos de professores através da aplicação do Teste do  $X^2$  aos indicadores nominais e do teste  $h_0$  aos indicadores ordinais depois de convertidos em intervalares;

b) Classificar os inquéritos em função de uma pontuação “standard” e comparar os resultados graças ao Teste T de Student já que o teste do  $X^2$  se mostrava pouco eficaz na

detecção de eventuais diferenças.

O teste do  $X^2$  não sugere diferenças significativas entre os dois grupos de professores, a não ser em relação ao indicador 15, pergunta 12, onde apresenta um valor de 3,580 e uma probabilidade muito pouco significativa de .10. Assim, de acordo com o teste, poderíamos concluir, de acordo ainda com o quadro 5, que para os indicadores onde o teste foi aplicado, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 13, com excepção do nº 15, não há diferenças significativas entre os dois grupos de professores.

Restava então saber se haveria diferenças nos indicadores onde aplicámos o Teste  $h_0$ , 3, 10, 11 e 14.

O Teste  $h_0$  permitiu concluir diferenças de .10 na tabela de Glasser e Winter (1968), e de .05 na tabela de Tuckmann, p. 450. Verifica-se mesmo que os indicadores 11 e 14 apresentam valores muito próximos do grau de significação .01, o que evidenciaria diferenças muito significativas.

De resto, uma análise atenta das médias entre Preparatório e Secundário, permitirá antever a confirmação da hipótese, isto é, de que os professores do Ensino Preparatório, não concordando embora com a Escola Comunidade Educativa, têm atitudes mais positivas do que os professores do Ensino Secundário, designadamente no que se refere à participação pedagógica dos pais e dos alunos, e até detêm uma visão mais descentralizada da Escola. Isto observa-se, por exemplo, na resposta ao indicador 2, onde os Professores do CP identificam maioritariamente as funções dos C.D.s. como funções de gestão, e na resposta ao indicador 3, onde os professores do CP. se manifestam mais a favor de uma Escola descentralizada do que os do ES.

A conclusão da existência de atitudes mais positivas em professores do Ensino Preparatório é reforçada pelo Teste T de Student.

Aplicámos este teste porque queríamos submeter os resultados do inquérito a uma prova homogénea que comparasse os 80 sujeitos inquiridos, sem dar possibilidade de considerarmos as não-respostas. Apurados os resultados, verificámos que a probabilidade de significância e de anulação da hipótese nula é de .001 o que equivale a dizer que as diferenças entre professores do CP e do ES são muito significativas

## 6 • Conclusão

Validação das Hipóteses 3 e 4 e nem validação nem infirmação das Hipóteses 1 e 2  
De toda a análise que fizemos, concluimos pela validação das hipóteses 3 e 4 e pela suspensão das hipóteses 1 e 2.

Com efeito, os professores não concordam com a Escola Comunidade Educativa mas concordam com alguns dos aspectos dessa Escola tais como a participação dos Pais e Alunos no Processo Pedagógico, a necessidade do contrato pedagógico e a elaboração do Projecto Educativo, maioritariamente por todos os intervenientes na Escola Comunidade

Educativa. Como aspectos de discordância em relação à ECE destacam-se a não concessão do direito de votação do Projecto Educativo, nem sequer maioritariamente aos alunos, e muito menos aos restantes elementos; o desejo de não ver os alunos representados no conselho de Direcção, apesar da expressão da necessidade de uma maior autonomia para a Escola. Esta defesa de uma maior autonomia para a Escola passa pela defesa dos Conselhos Directivos actuais que "devem passar a ter poder negocial com o ME". Apesar de os professores afirmarem maioritariamente que o papel actual dos Conselhos Directivos consiste em funções de gestão, nem por isso eles preferem um Conselho de Direcção a dirigir as Escolas mas sim os actuais Conselhos Directivos, "desde que com poder negocial" com o ME.

No entanto, há algumas contradições importantes nas respostas dos professores. Por exemplo, se por um lado afirmam que os Conselhos Directivos têm condições para administrar as Escolas, por outro lado, afirmam que os C.D.s. cumprem funções de gestão. Isto evidencia que o grau de fidelidade do inquirido pode ter sido afectado pela indistinção, ao nível da consciência da maior parte dos professores, entre Administração, Direcção e e Gestão.

Podemos afirmar que os professores rejeitam uma Administração Centralizada da Escola, ainda que as diferentes expressões da autonomia da Escola possam cair na defesa do corporativismo dos professores quer enquanto "donos" do conhecimento quer enquanto agentes do controle da ordem social imposta por eles aos outros elementos da ECE. Pode assim levantar-se a hipótese de a rejeição da administração centralizada não ser a defesa do centralismo docente, ou repetindo palavras nossas, da docentocracia.

Grave nos parece ser a dicotomia entre participação pedagógica e participação da Direcção. Com a adopção desta dicotomia os professores não se dão conta que os grandes problemas da Escola Portuguesa assentam no conflito entre princípios pedagógicos e estratégias organizacionais da Escola. Estas sempre foram, pelo menos até à presente data, obstáculos à concretização dos fins educativos ou seja, em suma, os professores não se deram conta de que na Administração das Escolas os critérios pedagógicos e científicos devem prevalecer sobre os critérios administrativos que, contrariamente à administração burocrática, não podem ser fins em si mesmos, mas apenas instrumentos ao serviço dos fins educativos.

Em síntese, diremos que das quatro hipóteses em estudo apenas a terceira e a quarta são confirmadas. Há realmente diferenças entre as representações da participação pedagógica e a participação na Direcção assim como há diferenças entre os professores do CP e do ES. Estes estão ainda mais distantes da ECE do que aqueles. Mesmo na participação pedagógica, os professores do Ciclo Preparatório valorizam-na muito mais do que os do Ensino Secundário. Em contrapartida, nem uns nem outros reconhecem aos pais e aos alunos o direito de decisão nos assuntos da Direcção da Escola.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Leandro (1990): *Apontamentos para a Cadeira de Metodologia da Investigação em Educação*, Instituto de Educação, U.M. Braga
- DACAL, Gonzalo Gómez (1986): *Administración Educativa*, Anaya, Madrid
- DELGADO, Manuel Lorenzo (1985): "La participación en la Comunidad Educativa", in SÁENZ, Oscar (1985): *Organización Escolar*, Anaya, Madrid, pp. 169-187
- DIEZ, Juan Jose (1982): *La Comunidad Educativa*, Narcea Ediciones, Madrid
- EASTHOPE, Gary (1975): *Community, Hierarchy and Open Education*, Routledge and Kegan Paul, London
- GOURNAY, Bernard (1978): *Introdução à Ciência Administrativa*, Publicações Europa América, Lisboa
- FORMOSINHO, João (1989a): "De Serviço de Estado a Comunidade Educativa: Uma Nova Concepção para a Escola Portuguesa", in Rev. Portuguesa de Educação, nº 3/89, U.M. Braga.
- FORMOSINHO, João (1989b): *A Direcção das Escolas Portuguesas: da Democracia Representativa Centralizada à Democracia Participativa Descentralizada*, CIFOP-U.M. Braga
- FORMOSINHO, João; FERNANDES, António; LIMA, Licínio (1988): "Administração e Gestão das Escolas Básica e Secundária e Centros de Educação Pré-Escolar", in CRSE (1988): *Proposta Global de Reforma, MEC/GEP*, Lisboa, pp. 557-688
- FORMS, MARIA E OUTROS (1984): *Psicodiagnóstico e Estatístico*, Ed. CETOP, Mem Martins
- TUCKMANN, Bruce W. (1978): *Conducting Educational Research*, Ed. Harcourt Brace Jovanovich, Inc, New York, Second Edition

## INQUÉRITO À CONCEPÇÃO ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA PREPARATÓRIA E SECUNDÁRIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO SOCIAL DO INQUIRIDO (responda colocando uma + no quadrado que corresponder à sua situação)

1.1. Escola.....

1.1.1. Grupo, subgrupo ou disciplina.....

#### 1.2. Categoria profissional

- 1.2.1. Professor efectivo ou profissionalizado com mais de 4 anos de serviço docente
- 1.2.2. Professor efectivo ou profissionalizado com menos de 4 anos de serviço docente
- 1.2.3. Professor efectivo-provisório ou provisório com mais de 4 anos de serviço docente
- 1.2.4. Professor efectivo provisório ou provisório com menos de 4 anos de serviço docente

#### 1.3. Idade

- 1.3.1. Mais de 50 anos
- 1.3.2. Entre 35 e 50 anos
- 1.3.3. Entre 25 e 35 anos
- 1.3.4. Menos de 25 anos

#### 1.4. Habilitações académicas

- 1.4.1. Licenciado
- 1.4.2. Bacharel
- 1.4.3. Inferior a Bacharel

#### 1.5. Modelo de Profissionalização

- 1.5.1. Estágio Clássico (até 1979)
- 1.5.2. Licenciatura em ensino ( a partir de 1975)
- 1.5.3. Profissionalização em Exercício ( de 1980 a 85)
- 1.5.4. Formação em Serviço (entre 1985 e 1989)

#### 1.6. Já participou em Conselhos Directivos?

- 1.6.1. Não

- 1.6.2. Sim
  - 1.6.2.1. De um até dois anos
  - 1.6.2.2. Mais de dois anos

### 2. Quem deve administrar a Escola Preparatória e Secundária

#### 2.1. Acha que os Conselhos Directivos, Pedagógicos e Administrativos actuais dispõem de condições legais para administrar a Escola ?

- 2.1.1. Sim
- 2.1.2. Não

#### 2.2. O papel actual dos Conselhos Directivos, Administrativos e Pedagógicos é o de :

- 2.2.1. Dirigir as Escolas
- 2.2.2. Gerir as Escolas

#### 2.3. Quem deve dirigir a Escola (ordene os itens que se seguem por ordem da importância que lhes atribui, de 1 a 4:

- 2.3.1. O Ministério da Educação através dos Conselhos Directivos actuais
- 2.3.2. Os Conselhos Directivos actuais desde que com poder de diálogo com o Ministério da Educação.
- 2.3.3. Um Director nomeado pelo Ministério da Educação
- 2.3.4. Um Conselho de Direcção composto por representantes dos professores, dos alunos, dos pais, dos funcionários e das Associações profissionais e culturais locais e por um representante da Autarquia local.

#### 2.4. Quem deve gerir a escola (responda conforme 2.2.)

- 2.4.1. Um Director nomeado pelo Ministério da Educação, apoiado nos actuais Conselhos Pedagógicos e Administrativos
- 2.4.2. Os actuais Conselhos Directivo, Pedagógico e Administrativo
- 2.4.3. Três dos professores eleitos para o Conselho de Direcção, sendo um deles supervisor, outro responsável pedagógico e outro responsável administrativo

### 3. Conceito sócio-organizacional de Escola: - A Escola, organização social de educação, deve constituir-se como (marque uma + no item que corresponder à sua concepção):

- 3.1. Organização com normas e regulamentos fixados pelo Ministério da Educação e hierarquizada em função do papel que cada corpo (alunos, professores e pais ) desempenha na Escola
- 3.2. Organização capaz de, tendo em consideração os princípios orientadores nacionais, construir normas e estratégias educativas adequadas aos seus membros e constituir a relação educativa em função de contratos pedagógicos entre alunos e professores ou entre alunos, professores e pais
4. **Se respondeu a 3.2., responda ainda: o contrato pedagógico deve ser estabelecido entre:** ( marque uma X no quadrado à esquerda do item que valorizar como certo)
- 4.1. Professores e alunos
- 4.2. Professores e pais
- 4.3. Professores,alunos e pais
- 4.4. Professores,alunos, pais e funcionários
- 4.6. Professores,alunos,pais,funcionário e representantes da Autarquia e da Comunidade
5. **Necessidade do Projecto Educativo de escola** (responda conforme 4)
- 5.1. A Administração e regulamentação das actividades educativas,do tempo escolar,do espaço escolar,das actividades de complemento curricular e orientação escolar deve ser decidida a nível central.
- 5.2. A Administração e regulamentação das actividades referidas em 5.1. deve ser feita na Escola através do Projecto Educativo desta,ainda que de acordo com princípios gerais nacionais

NOTA: se respondeu a 5.1. passe à pergunta 8.Se respondeu a 5.2 continue na pergunta 6

6. **O Projecto Educativo de Escola deve ser elaborado** (marque uma + no quadrado à esquerda do item que valorizar como certo )
- 6.1. Só pelos professores
- 6.2. Pelos professores e pelos alunos
- 6.3. Pelos professores e pelos pais

- 6.4. Pelos professores, alunos e pais
- 6.5. Pelos professores, alunos, pais e funcionários
- 6.6. Pelos professores, alunos, pais e representantes da comunidade
- 6.7. Pelos professores, alunos, pais, funcionários e comunidade
7. **Quem deve decidir o Projecto Educativo da Escola, com direito a voto? (Responda colocando uma X nos quadrados à esquerda dos itens que valorizar como certos )**
- 7.1. Os professores através dos seus representantes eleitos
- 7.2. Os alunos através dos seus representantes eleitos
- 7.3. Os pais/encarregados de educação através dos seus representantes eleitos
- 7.4. Os funcionários através dos seus representantes eleitos
- 7.5. Os representantes designados da Autarquia e das Associações
8. **Importância da participação dos pais na vida escolar**
- A participação dos pais na vida escolar dos seus filhos é importante porque:** (responda escrevendo um círculo no nº da escala de 1 a 5 que valorizar como adequado a cada item, considerando que 1 é o valor mais baixo e 5 o valor mais alto )
- 8.1. Pode dar uma ajuda aos professores no conhecimento dos alunos  
1 2 3 4 5
- 8.2. Pode permitir uma melhor selecção e organização do plano educativo da Escola através de formas mais eficazes de adaptação à comunidade local  
1 2 3 4 5
- 8.3. Pode contribuir para a formação dos pais para que assim possam ajudar os filhos  
1 2 3 4 5
- 8.4. Permite um melhor conhecimento de pais e alunos e assim um processo de aprendizagem mais adaptado às necessidades deles  
1 2 3 4 5

- 8.5. Pode contribuir para melhorar a inserção da Escola na comunidade local  
1 2 3 4 5
- 8.6. Pode contribuir para, através de um processo de educação permanente, acelerar o desenvolvimento das comunidades  
1 2 3 4 5
- 8.7. Pode ser uma Escola de formação cívica e democrática  
1 2 3 4 5
9. **Formas da participação dos pais:** -(ordene os itens que se seguem em função da importância que lhes atribui, considerando 1 o mais importante e 5 o menos importante):
- 9.1. A participação dos pais na vida escolar deve fazer-se tanto na elaboração e decisão do Projecto educativo de Escola como na relação com o Director de Turma
- 9.2. A participação dos pais só deve dar-se ao nível da elaboração do Projecto Educativo de Escola
- 9.3. A participação dos pais só deve fazer-se pela relação com o Director de Turma
- 9.4. Deve fazer-se ao nível da elaboração e decisão do Projecto Educativo, da relação com o Director de Turma, e ainda da possibilidade de diálogo e cooperação com os professores da turma
- 9.5. Só deve fazer-se através da Associação de Pais, negando-se a relação dos pais com o Director de Turma e com os professores
10. **IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA VIDA ESCOLAR.**  
(Escreva uma X no quadrado à esquerda dos itens que considerar correctos)
- 10.1. A participação dos alunos deve dar-se ao nível da direcção da Escola.
- 10.2. A participação dos alunos fornece aos professores o conhecimento dos interesses e dos projectos pessoais e sociais dos seus alunos para que os professores possam adaptar o processo de aprendizagem aos seus alunos
- 10.3. Permite aos professores e aos alunos estabelecerem uma relação pedagógica baseada num projecto de trabalho autónomo, contratual

e de respeito mútuo

- 10.4. Permite aos alunos um exercício de autonomia cívica e cultural, preparando-os assim para uma autonomia na investigação e para a participação na vida democrática
11. **A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DEVE EXERCER-SE** (Responda fazendo um círculo no algarismo da escala de 1 a 5 que, para cada item, valorizacom o adequado)
- 11.1. Ao nível do Conselho de Direcção e, portanto, em relação representativa com os professores e os outros elementos da comunidade educativa  
1 2 3 4 5
- 11.2. Ao nível das Associações de estudantes e, portanto, fora da relação directa e/ou representativa com os restantes elementos da comunidade educativa  
1 2 3 4 5
- 11.3. Ao nível da turma em relação directa com o Director de turma e indirecta com os professores  
1 2 3 4 5
- 11.4. Ao nível da aula, em relação directa e diálogo cooperante com os professores  
1 2 3 4 5
- 11.5. Deve fazer-se também através de representantes eleitos no Conselho Pedagógico  
1 2 3 4 5
12. Exponha-nos em apenas oito linhas, no máximo, o que pensa e como pode justificar-se a participação da comunidade profissional e cultural envolvente da Escola, no Conselho de Direcção. Tal participação operacionalizar-se-ia pelo convite por parte do Conselho de Direcção às associações profissionais e culturais relevantes para a Escola, sendo a presença do representante da Autarquia tida como necessária.